



As mulheres na certificação participativa *The valuation of women in participatory certification*

SILVA, Ihdilla Humberta Sinésio Cândido¹; COSTA, Bianca Aparecida Lima²;
SOUZA, Cristiane Natalício²; AGUIAR, Suzana Cordeiro²
¹UFV, ihedilla.silva@ufv.br; ² UFV, bianca.lima@ufv.br; ² UFV, cristiane.souza@ufv.br; ² UFPB, aguiarsuzanac@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Eixo: Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica

Resumo: O trabalho buscou identificar como a certificação participativa pode contribuir com a equidade de gênero a partir da análise de dados de uma pesquisa do mestrado em Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa sobre o Sistema Participativo de Garantia (SPG) Rede Borborema de Agroecologia. O estudo tem abordagem qualitativa e realizou entrevistas semiestruturadas com 6 mulheres da Rede, no período de janeiro a agosto de 2022. Verificou-se que o sistema possibilitou o aumento da participação das mulheres nos processos de certificação a partir da implementação de estratégias de valorização das mulheres nos processos organizativos da rede.

Palavras-chave: agroecologia; mulheres; sistemas participativos de garantia.

Introdução

A Produção Orgânica no Brasil foi regulamentada por meio do decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007, quando o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica passou a reconhecer a certificação participativa por meio dos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica - SPGs (BRASIL, 2007). Os SPGs se caracterizam pelo controle social da produção orgânica, pela geração de credibilidade interna com o envolvimento dos atores da cadeia de produção e pela capacidade de adequação a diferentes realidades sociais, culturais e organizacionais (IANNUCCI e SACCHI, 2022; BRASIL, 2008).

Para a certificação participativa ser reconhecida, houve uma forte articulação em torno da legislação acompanhada de eventos e organização de fóruns latinoamericanos e internacionais sobre os SPGs. Destaca-se que foi criado, no Brasil, o Fórum Brasileiro de SPG e OCS¹ onde se elaborou uma carta de princípios que ajuda a orientar a construção dos SPGs e OCSs (MACHADO *et al.*, 2016; HIRATA, 2020). Conforme a carta de princípios elaborada pelo Fórum, os princípios dos SPG e OCS são caracterizados dessa forma são: i) Participação e envolvimento

¹ Espaço de intercâmbio político e técnico entre os sistemas participativos de garantia e organizações de controle social existentes no Brasil (Fórum Brasileiro de SPG e OCS, 2009; 2019).



– movimento e prática dos envolvidos devem ser pautadas pelo seguimento das normas da produção; ii) Transparência – informações e registros do funcionamento do sistema devem ser acessíveis para os envolvidos; iii) Confiança – demonstração de credibilidade e responsabilidade a partir da aplicação das técnicas previstas da produção; iv) Autodeterminação – está relacionada ao processo de autonomia dos agricultores; v) Diálogo de saberes – troca de saberes de cunho horizontal com a promoção do respeito e valorização cultural; vi) Equidade de gênero e geração – a garantia da valorização das mulheres e a promoção da justiça social (FÓRUM BRASILEIRO DE SPGS E OCS, 2009). Assim, o presente trabalho destaca o princípio da “equidade de gênero”, buscando compreender os efeitos da certificação participativa na vida das agricultoras familiares inseridas num SPG.

Metodologia

O SPG RBA está situado no semiárido paraibano, é composto 61 unidades de produção orgânicas registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com o escopo da produção primária vegetal, distribuídas pelos municípios de Algodão de Jandaíra, Areia, Barra de Santa Rosa, Casserengue, Gurinhém e Remígio (MAPA, 2022). Agricultores/as familiares que hoje fazem parte do SPG RBA passaram pela certificação por auditoria no período de 2006 a 2011. A fundação oficial da Rede Borborema de Agroecologia - RBA ocorreu em 2013, para isso, foi criada a Associação dos(as) Agricultores(as) Agroecológicos do Território da Borborema, organizada na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. De 2014 a 2015, a rede se organizou para tornar-se um SPG que foi credenciado em 2016 (REDE BORBOREMA DE AGROECOLOGIA, 2020).

A pesquisa foi realizada com abordagem qualitativa e contou com a observação-participante nos espaços de formação da Rede (virtuais e presenciais) e com a realização de entrevistas semiestruturadas com dez agricultores/as da RBA. Para este trabalho, a análise considera apenas os dados das mulheres entrevistadas (que foram seis), conforme apresentado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Perfil das entrevistadas

PERFIL DAS AGRICULTORAS FAMILIARES - AFs

AF 01: Sexo feminino, 26 anos, estado civil solteira, possui Ensino Superior em Andamento em Agronomia, reside no Oziel Pereira Assentamento Queimadas em Remígio-PB com mais 01 membro em sua propriedade, é agricultora familiar da RBA por certificação participativa desde 2016, possui experiências na Direção, Comissão de Avaliação e Conselho de Ética da rede. Está na agricultura agroecológica desde 2013, possui propriedade desde 2015. **Grupo de produção:** Oziel Pereira. **Data da entrevista:** 10 de março de 2022.

AF 02: Sexo feminino, 26 anos, estado civil casada, possui Ensino Fundamental Incompleto, reside no Assentamento Queimadas em Remígio-PB com mais 03 membros em sua propriedade, é agricultora familiar da RBA por certificação participativa desde 2016, possui experiências no Conselho de Ética da rede. **Grupo de produção:** Queimadas. **Data da entrevista:** 10 de março de 2022.



AF 03: Sexo feminino, 36 anos, estado civil casada, possui Ensino Superior Incompleto em Agroecologia, reside no Assentamento Celso Furtado em Areia-PB desde 2015, com mais 01 membro em sua propriedade, é agricultora familiar da RBA por certificação participativa desde 2018, possui experiências na Comissão de Avaliação da rede, está na agricultura agroecológica desde 2012. **Grupo de produção:** Celso Furtado. **Data da entrevista:** 04 de abril de 2022.

AF 04: Sexo feminino, 39 anos, estado civil solteira, possui Ensino Superior Completo em Ecologia, reside no Sítio Uruçu em Gurinhem-PB com mais 03 membros em sua propriedade, é agricultora familiar da RBA por certificação participativa desde 2020, possui experiências na Comissão de Ética. Está na agricultura agroecológica desde 2008. **Grupo de produção:** até a data de entrevista Queimadas, após houve a criação de um grupo de produção novo, no Sítio Uruçu. **Data da entrevista:** 19 de abril de 2022.

AF 05: Sexo feminino, 29 anos, estado civil casada, possui Ensino Médio Completo, reside no Assentamento Osiel Pereira em Remígio-PB com mais 03 membros, é agricultora familiar da RBA por certificação participativa desde 2016, possui experiência na Comissão de Avaliação da rede. **Grupo de produção:** Osiel Pereira. **Data da entrevista:** 13 de maio de 2022.

AF 06: Sexo feminino, 37 anos, possui Ensino Superior em Andamento Pedagogia, reside no Assentamento Queimadas em Remígio-PB com mais 03 membros em sua propriedade; é agricultora familiar da RBA por certificação participativa desde 2016, possui experiência no Conselho de Ética e de Recursos da rede, está na agricultura familiar desde 2004. **Grupo de produção:** Queimadas. **Data da entrevista:** 13 de agosto de 2022.

Fonte: Elaboração própria (2022).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e os cadernos de campo e entrevistas foram transcritas, analisadas e organizadas em categorias. Os principais resultados serão apresentados na próxima seção.

Resultados e Discussão

Nas entrevistas, as agricultoras abordaram que, no tempo em que a RBA era certificada por auditoria, se viam muito presas a uma determinada empresa, que descontava do valor pago pelo algodão o custo da certificação. Além disso, os processos de participação e construção de conhecimento eram superficiais. Com o credenciamento do SPG RBA e com o apoio de redes sociotécnicas, as agricultoras familiares conseguiram mudar esse cenário:

Através da certificação participativa a gente viu que a gente tem autonomia, a gente participa, a gente sabe como é feita uma certificação e isso premiou muito (AF 01).

Quando eu entrei para a rede entrei com a participação de muitas mulheres, mas os relatos que a gente escuta é que era muito homem e hoje você vê essa participação nos processos de organização da rede (AF 04).

Antes você não via mulheres participando de reuniões, os homens achavam que lugar de mulher era em casa atrás de um fogão, de um tanque de roupa, não de participar de uma reunião. Quando eu começava, só tinha mais homem e ficavam me olhando torto e eu fui pedindo para levarem as esposas deles também (AF 06).



Observou-se que além da valorização das agricultoras, essas mulheres possuem mais liberdade de escolher o destino da comercialização dos alimentos certificados como orgânicos, representando mais poder nos combinados dentro dos seus espaços domésticos. Além dos diálogos e eventos organizados pela rede, que enfatizam a valorização do trabalho da mulher na agroecologia, o SPG RBA está inserido no Pólo da Borborema, e conta com um forte movimento social organizado por mulheres. A exemplo disso, a Marcha das Mulheres organizada pela AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia e pelo Polo da Borborema, que é uma rede de 13 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais da região. São um dos objetivos da marcha denunciar a violência contra a mulher e viabilizar o papel das camponesas na agricultura familiar da Paraíba, podendo ser considerada uma mobilização para enfatizar a importância da construção de mais políticas públicas direcionadas às mulheres:

Na marcha tem o momento de caminhada, tem a feirinha e depois da marcha fazem um teatro campal relatando sobre a violência doméstica e contra as mulheres e liberta muita mulher (AF 03).

Nós que estamos na rede temos que incentivar para que as mulheres digam o que está sentindo, né? Não é uma vergonha você admitir que está sendo humilhada e agredida, é uma forma de se libertar e a gente luta para que nossas mulheres tenham uma vida melhor (AF 06).

É importante ressaltar que situações de violência nem sempre são fáceis de serem percebidas. A agricultora demonstrou que é importante essa atenção e vigília dentro da rede e, por isso, esses espaços femininos no SPG são instrumentos importantes de fortalecimento. Destaca-se que, nesse sentido, foi criado na Rede um “roçado” coletivo das mulheres como um espaço de encorajamento para o diálogo e troca entre as mulheres.

É das mulheres da rede, a gente faz parte da rede e já tinha um grupo masculino, e por que não um feminino? Pra gente se unir. O masculino de um lado e a gente do outro. Hoje em dia nós sabemos que de tanto viver dentro de casa tem problema depressivo, de ansiedade e você dentro do roçado desaparece, conversa. Muita coisa que as mulheres não tem coragem de dizer na frente dos maridos, acabam dizendo por lá, brincam, a forma de ficar de bem consigo, com a terra, de bem com o mundo (AF 06).

Uma das agricultoras ressaltou que esse é o verdadeiro sentido da agroecologia. Trata-se de um modelo que se preocupa com as questões socioambientais verdadeiramente, de maneira diferenciada da agricultura convencional.

Toda essa coisa de tá muito mais conectado com a terra, com a natureza, com as águas, com as florestas, só que toda essa coisa requer mais tempo e trabalho, é mais trabalhoso a agroecologia, mas é mais prazerosa, te traz mais vida do que a agricultura convencional (AF 04).



Assim, percebe-se que a certificação participativa possibilita espaços para organização coletiva e inserção de mulheres que podem ser distintos dos modelos convencionais. O movimento agroecológico transversalizado pela organização das mulheres da Rede Borborema de Agroecologia fortalece a autonomia das agricultoras familiares, conferindo maior capacidade de agência em seus espaços.

Conclusões

O trabalho buscou analisar o potencial do SPG na valorização do trabalho feminino na certificação participativa a partir do estudo de caso com agricultoras familiares do SPG Rede Borborema de Agroecologia. A promoção da construção agroecológica foi observada pelo seguinte tripé: i) o aumento da participação das mulheres nos processos de certificação; ii) maior autonomia econômica e iii) implementação de estratégias de valorização das mulheres na rede, como é o caso do roçado coletivo. Validou-se que os processos organizativos dentro do sistema podem fortalecer a inclusão das agricultoras na certificação, sendo um dos aspectos positivos dos SPG.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio à pesquisa de mestrado Sistema Participativo de Garantia e Resiliência na Rede Borborema de Agroecologia do Programa de Pós-graduação em Agroecologia da UFV. À Rede Borborema de Agroecologia pela autorização da pesquisa.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos orgânicos : sistemas participativos de garantia** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília : Mapa/ACS, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Decreto N° 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007**. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, 28 de dezembro de 2007. Seção 1 , Páginas 2 a 8.

ENRÍQUEZ, C. R. Economía del cuidado y desigualdad en América latina: avances recientes y desafíos pendientes. In: **Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas**. Barcelona: Entrepueblos/Entrepobles/Entrepobos/Herriarte, p. 143-166, 2017.

HERRERO, Y. **Economía ecológica y economía feminista: un diálogo necesario**. In: Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas. Barcelona: Entrepueblos/Entrepobles/Entrepobos/Herriarte, p. 121-142, 2017.

HIRATA, A. R. et al. **The contribution of the participatory guarantee system in the revival of agroecological principles in southern Minas Gerais, Brazil**. Sustainability (Switzerland), 11 (17), art. no. 4675, 2020.

IANNUCCI, G; SACCHI, G. A evolução do mercado orgânico entre a certificação de terceiros e os sistemas de garantia participativa. **Economia de base biológica e aplicada**, v. 10, n. 3, pág. 239-251, 11 de janeiro de 2022.



MAPA. Orgânicos . **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, 2022. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/organicos>

MACHADO, R. M. et al. **Legislação de produção orgânica no Brasil: projeto de fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica nos SPG e OCS brasileiros**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Fórum Brasileiro de SPG – Pouso Alegre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, 2016.

MOREIRA, I M. **O Algodão Sem Veneno do Assentamento Queimadas, na Paraíba: Agentes Sociais, alinhamento em rede, produção e comercialização**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2012.

REDE BORBOREMA DE AGROECOLOGIA. **Estatuto Social (Segunda Reforma Estatutária) da Rede Borborema de Agroecologia**. Remígio-PB, 2020.

SOUSA, W.D. et al. **A Economia Solidária nos Processos de Produção e Comercialização de Produtos Agroecológicos e Orgânicos**. In: Agroecologia e Territorialidades: do estado da arte aos desafios do século XXI. Juazeiro – BA: UNIVASF, 2020.

TEIXEIRA, C. R. B. **Estudo comparativo entre os sistemas participativos brasileiros de avaliação de conformidade orgânica**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, 2018.

TOLEDO, V; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular 2015.